



HOSPITAL DE
CLÍNICAS
PORTO ALEGRE RS

MISSÃO INSTITUCIONAL

Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.

CADERNO DE QUESTÕES

EDITAL 02/2010 DE PROCESSOS SELETIVOS

PS 13 - ADVOGADO I

Pesquisa Científica e Tecnológica

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____ - _____



HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 02/2010 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 13

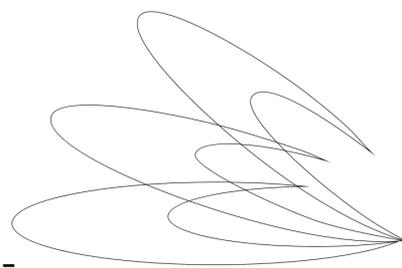
ADVOGADO I - Pesquisa Científica e Tecnológica

01.	E	11.	C	21.	E	31.	E	41.	A
02.	C	12.	D	22.	E	32.	E	42.	A
03.	A	13.	A	23.	B	33.	C	43.	A
04.	D	14.	B	24.	C	34.	D	44.	C
05.	C	15.	C	25.	C	35.	E	45.	C
06.	B	16.	C	26.	C	36.	B	46.	E
07.	D	17.	C	27.	B	37.	E	47.	A
08.	A	18.	D	28.	E	38.	D	48.	D
09.	B	19.	B	29.	A	39.	E	49.	ANULADA
10.	E	20.	A	30.	C	40.	B	50.	A

INSTRUÇÕES

- ❶ Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- ❷ Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas.
- ❸ Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- ❹ Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica, de tinta azul, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- ❺ Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA, a partir do número 51, serão desconsideradas.
- ❻ Durante a prova, não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta a livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem será permitido o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
- ❼ Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- ❽ A duração da prova é de **quatro (4) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- ❾ O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida uma (1) hora do seu início.
- ❿ A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!



01. De acordo com a Lei nº 9.610/98, os direitos patrimoniais do autor perduram por qual prazo, contado de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil?

- (A) 1 ano.
- (B) 5 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 20 anos.
- (E) 70 anos.

02. De acordo com o artigo 172 do Código de Processo Civil, os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, nos seguintes horários:

- (A) das 10.30 (dez e trinta) às 18.30 (dezoito e trinta) horas.
- (B) das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- (C) das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- (D) das 7 (sete) às 19 (dezenove) horas.
- (E) das 8 (oito) às 16 (dezesesseis) horas.

03. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, a interposição do recurso de embargos de declaração

- (A) suspende o prazo para a interposição de outros recursos.
- (B) não é admitida.
- (C) interrompe o prazo para a interposição de outros recursos.
- (D) é cabível no prazo de 5 (cinco) dias, contados na forma do artigo 183.
- (E) é cabível o prazo de 15 (quinze) dias.

04. O prazo de vigência de modelo de utilidade da patente de invenção vigorará por quanto tempo, contado da data do depósito?

- (A) 1 ano.
- (B) 5 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) 20 anos.

05. De acordo com a Emenda Constitucional nº 62, os leilões referentes ao pagamento de precatórios devem ser realizados por meio de sistema eletrônico administrado por entidade autorizada. Qual das entidades abaixo está autorizada para essa tarefa?

- (A) Caixa Econômica Federal.
- (B) Banco do Brasil.
- (C) Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul.
- (E) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES.

06. De acordo com o Código Civil Brasileiro vigente, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa tem prazo prescricional de

- (A) 1 ano.
- (B) 3 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 10 anos.

07. Assinale a alternativa correta acerca de Direito Administrativo.

- (A) Conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, o contrato administrativo pode, em caráter excepcional, ter prazo de vigência indeterminado, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior.
- (B) Pode-se afirmar que o controle judicial da Administração Pública Federal pode ser exercido pelo Tribunal de Contas da União, nos limites de sua competência.
- (C) É vedado ao Poder Público impor obrigações a terceiros por meio de atos administrativos unilaterais.
- (D) Em se tratando de responsabilidade extracontratual do Estado, segundo o artigo 37, § 6º da Constituição Federal vigente, pode-se afirmar que há regra de responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do funcionário.
- (E) Pode-se afirmar que, pela atual redação do artigo 37, XVI, da Constituição Federal vigente, é possível a acumulação remunerada de qualquer cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto de vencimento ou subsídio.

08. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca do Código de Processo Civil Brasileiro.

- (A) De acordo com a atual redação do artigo 530 do Código de Processo Civil Brasileiro, cabem embargos infringentes de acórdão não unânime que houver mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito.
- (B) Embargos de declaração interpostos tempestivamente interrompem o prazo para interposição de outros recursos.
- (C) O recurso de apelação pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.
- (D) O prazo para contestar, em caso de réu único, é de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada do mandado citatório cumprido aos autos.
- (E) É possível a suspensão do processo pela convenção das partes, conforme disposto no artigo 265, II, do Código de Processo Civil vigente.

09. De acordo com a Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança, a autoridade coatora, uma vez notificada, tem o seguinte prazo para prestar informações:

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 48 (quarenta e oito) horas.

10. Dar-se-á *habeas corpus* quando alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, salvo nos casos de punição disciplinar. Qual o prazo decadencial para requerer a ordem de *habeas corpus*?

- (A) 120 (cento e vinte) dias, a contar da data em que o paciente tiver conhecimento da violência ou coação ou de sua ameaça.
- (B) 120 (cento e vinte) dias, a contar da data em que o impetrante tiver conhecimento da violência ou coação ou de sua ameaça.
- (C) 90 (noventa) dias, a contar da data em que o paciente tiver conhecimento da violência ou coação ou de sua ameaça.
- (D) 90 (noventa) dias, a contar da data em que o impetrante tiver conhecimento da violência ou coação ou de sua ameaça.
- (E) Nenhum; não está previsto prazo decadencial para concessão de *habeas corpus*.

11. Toda pesquisa em seres humanos envolve riscos, cujos danos eventuais poderão ser imediatos ou tardios, comprometendo o indivíduo ou a coletividade. Não obstante os danos potenciais, as pesquisas em seres humanos serão admissíveis quando

- (A) o Comitê de Ética em Pesquisa informar os efeitos adversos decorrentes do estudo aos responsáveis pela condução do protocolo.
- (B) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido relacionar cláusulas que protejam a instituição de futuras ações judiciais para indenização de danos aos sujeitos incluídos no estudo.
- (C) oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos.
- (D) o benefício for menor ou igual a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.
- (E) o risco não se justifique pela importância do benefício esperado.

12. Conforme as normas vigentes que regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil é responsabilidade do pesquisador

- (A) manter em arquivo sob sua guarda, por 2 anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).
- (B) desenvolver o projeto assumindo a responsabilidade pelas alterações necessárias na condução do protocolo, sem necessidade de comunicação ao CEP.
- (C) avaliar a necessidade de apresentar ao CEP a justificativa de eventual interrupção do protocolo.
- (D) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP, aguardando o pronunciamento deste, antes de iniciar a pesquisa.
- (E) encaminhar os resultados para publicação, mesmo quando sem autorização expressa de eventuais coautores.

13. Nas pesquisas com novos fármacos, medicamentos, vacinas ou testes diagnósticos em seres humanos, cabe ao pesquisador

- (A) proceder à análise contínua dos resultados, à medida que prossegue a pesquisa, com o objetivo de detectar, o mais cedo possível, vantagens de um tratamento sobre outro ou para evitar efeitos adversos em sujeitos de pesquisa.
- (B) recomendar que a mesma pessoa seja sujeito de pesquisa em novo projeto antes de decorrido um ano de sua participação em pesquisa anterior.
- (C) restringir o acesso aos resultados de exames e de tratamento ao médico do paciente e/ou ao próprio paciente, mesmo que solicitados judicialmente.
- (D) realizar a análise dos resultados apenas após a finalização do protocolo com o objetivo de assegurar a confidencialidade e sigilo do estudo.
- (E) comunicar ao CEP a justificativa de interrupção, aguardando a apreciação do mesmo, inclusive em caso urgente, para salvaguardar a proteção dos sujeitos da pesquisa.

14. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) entende por Organização Representativa para Pesquisa Clínica (ORPC) toda empresa regularmente instalada em território nacional, contratada pelo patrocinador ou pelo investigador-patrocinador, que assuma parcialmente ou totalmente, junto à ANVISA, as atribuições do patrocinador da pesquisa clínica. Assinale a alternativa correta em relação às ORPCs.

- (A) Devem constar em um acordo e/ou contrato pormenorizado, datado e assinado por ambas as partes, exclusivamente as principais atribuições delegadas às ORPCs contratadas pelo patrocinador ou pelo investigador-patrocinador.
- (B) Caberá à ANVISA o cadastro e regulamentação das atividades das ORPCs no que se refere à condução e acompanhamento dos estudos clínicos.
- (C) As ORPCs deverão cumprir todas as normas sanitárias relacionadas à condução de ensaios clínicos no Brasil, bem como as demais normas aplicáveis previstas na legislação internacional.
- (D) Para patrocinadores estabelecidos legalmente em território nacional, a ORPC contratada será responsável por todas as atribuições do patrocinador da pesquisa clínica.
- (E) A veracidade das informações contidas no acordo entre ORPCs e o patrocinador é de responsabilidade exclusiva do patrocinador.

15. O Conselho Nacional da Saúde define projeto multicêntrico como projeto de pesquisa a ser conduzida de acordo com protocolo único em vários centros de pesquisa e, portanto, a ser realizada por pesquisador responsável em cada centro, que seguirá os mesmos procedimentos. Assinale a alternativa correta em relação aos projetos multicêntricos.

- (A) Os protocolos de pesquisa multicêntricos aprovados no país de origem não necessitam parecer da CONEP, desde que acompanhados da carta de aprovação.
- (B) O protocolo de pesquisa multicêntrico aprovado pela CONEP deve ter carta de aprovação de um pesquisador, não sendo necessária a sua apresentação aos CEPs dos demais centros.
- (C) Será analisado pela CONEP apenas o primeiro protocolo, enviado por um dos centros. A listagem dos centros envolvidos deverá acompanhar o protocolo e o parecer consubstanciado do CEP.
- (D) Existindo um coordenador nacional da pesquisa, o CEP a receber inicialmente o protocolo e enviá-lo à CONEP deverá ser o da segunda instituição participante, a fim de reduzir o conflito de interesses.
- (E) O protocolo de pesquisa não aprovado na CONEP para o primeiro centro poderá ser realizado nos demais centros, desde que aprovado pelos CEPs locais.

16. Considere a citação abaixo.

“Tanto o médico como o paciente devem ser livres para tomar as decisões baseadas no conhecimento de fatos e agir de maneira plena como agentes morais” (CLOTET, J. et al., 2005, p. 64-67).

O axioma citado é fundamento, na relação médico-paciente, do modelo

- (A) deontológico ou centrado no paciente.
- (B) deliberativo.
- (C) beneficente ou da virtude.
- (D) reducionista biológico.
- (E) contratualista.

17. Choose the **INCORRECT** alternative regarding ethical and regulatory aspects of animal research.

- (A) In Brazil, the Arouca Law (11.794/2008) regulates animal research.
- (B) In order to humanize animal research, many authors suggest a “three R” rule. In this rule, R stands for: Reduce, Refine and Replace.
- (C) Research projects using animals can be evaluated by the Institutional Review Board (or Research Ethics Committee), without the need of a special committee for this kind of projects.
- (D) Animal research causing suffering can only be performed when no other means to obtain relevant information are available and measures to minimize suffering must be used.
- (E) The debate concerning the use of animals for research purposes must take into account the relevance of the information obtained by this kind of research and its impact on human health.

18. Choose the **INCORRECT** alternative regarding ethical and regulatory aspects of human genetics research.

- (A) Human genetics research is considered a sensitive research topic mainly due to the perceived characteristics of genetic information and its impact on the individual, his/her relatives and ethnic group.
- (B) In addition to Resolução 196/96 CNS, that regulates human research, there is a specific resolution of the National Health Council (Conselho Nacional de Saúde, CNS) regarding human genetics research.
- (C) Research projects on human genetics dealing with medical conditions must be accompanied by strategies for gene counseling prior and after genetic testing.
- (D) All research projects on human genetics, after being evaluated by the local Institutional Review Board (or Research Ethics Committee), must be evaluated by the National Research Ethics Commission (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, CONEP) for final approval.
- (E) Approval from the Ethics Research Committee and CONEP must be sought before irreversibly dissociating genetic data from an identifiable individual.

19. Choose the correct alternative regarding ethical aspects of assisted reproduction.

- (A) Ethical aspects of *in vitro* fertilization can be dismissed since this technology is being in use for over 20 years.
- (B) The personal opinion on assisted reproduction is influenced by one's position regarding the moral status of the embryo.
- (C) Human cloning for medical purposes is morally justified and accepted in some countries.
- (D) The generation of embryos for research purposes is justified as it can benefit a large number of people.
- (E) The use of informed consent in assisted reproduction should be faced only as a means of protection for the health personnel involved.

20. Who is the owner of the information contained in the patient's medical records?

- (A) The patient himself.
- (B) The hospital or health institution.
- (C) The patient's family.
- (D) Health care professionals involved in the patient's care.
- (E) Medical staff only.

21. Dentre os tipos de criação intelectual abaixo, qual **NÃO** está sujeito à proteção do direito autoral?

- (A) Textos de obras literárias, artísticas ou científicas.
- (B) Projetos, esboços e obras plásticas concernentes a geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.
- (C) Adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova.
- (D) Programas de computador.
- (E) Decisões judiciais, textos de tratados e legislação em geral.

22. Assinale a alternativa correta acerca da proteção jurídica da propriedade intelectual.

- (A) As ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais são protegidos por patente.
- (B) Os formulários em branco (a serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não), juntamente com suas instruções, são protegidos pelo direito autoral.
- (C) As informações de uso comum, tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas, são protegidas por patente.
- (D) Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios são protegidos por patente.
- (E) As informações de uso comum, tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas, não são protegidas pelo direito autoral.

23. Tendo como base a Lei nº 9.610/98, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca de autoria e titularidade.

- (A) Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.
- (B) A proteção concedida ao autor não poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.
- (C) É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra em domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.
- (D) Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que indicar ou anunciar o seu pseudônimo na obra.
- (E) Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.



24. Assinale a alternativa correta acerca da proteção jurídica da propriedade intelectual.

- (A) O registro de obra literária, na Biblioteca Nacional, é constitutivo de direito.
- (B) Descobertas devem ser patenteadas para que o titular de direito possa explorar economicamente a invenção.
- (C) A proteção aos direitos autorais independe de registro.
- (D) As marcas estão protegidas, independentemente de registro, pois o mesmo é meramente declaratório para efeitos legais.
- (E) As patentes podem ser registradas no Cartório de Títulos e Documentos.

25. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito. Assinale a afirmação correta em relação à transferência de direito autoral.

- (A) A cessão deve se operar para todas as modalidades existentes à data do contrato e as que surgirem no futuro.
- (B) A transmissão total compreende todos os direitos de autor, incluindo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei.
- (C) Somente se admite transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita.
- (D) Não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato é interpretado amplamente.
- (E) Na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo de validade do contrato é de quatro anos.

26. Constitui ofensa aos direitos autorais

- (A) a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou nos estabelecimentos de ensino para fins exclusivamente didáticos, não havendo em qualquer caso intuito de lucro.
- (B) a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa.
- (C) uma única reprodução de obra para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.
- (D) a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra.
- (E) a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários.

27. Com base na Lei nº 9.610/98, assinale a afirmativa **INCORRETA** sobre a cessão dos direitos de autor.

- (A) Constarão do instrumento de cessão, como elementos essenciais, seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.
- (B) A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos. O prazo será reduzido a quatro anos sempre que indeterminado, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.
- (C) Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o artigo 19º dessa Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.
- (D) A omissão do nome do autor ou do coautor na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.
- (E) A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

28. De acordo com a Lei nº 11.105/05, considera-se crime utilizar, comercializar, registrar, patentear e licenciar tecnologias genéticas de restrição do uso, estando sujeito o infrator a pena de

- (A) detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos ou multa.
- (B) reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos ou multa.
- (C) reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
- (D) detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
- (E) reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

29. Considera-se crime utilizar embrião humano em desacordo com o que dispõe o artigo 5º da Lei nº 11.105/05. Para essa infração, a pena é de

- (A) detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- (B) reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.
- (C) detenção de 1 (um) a 3 (três) anos ou multa.
- (D) reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- (E) detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

30. Considera-se crime praticar engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano ou embrião humano. Para essa infração, a pena é de

- (A) reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- (B) detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.
- (C) reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.
- (D) detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- (E) reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos ou multa.

31. Independentemente das medidas cautelares de apreensão de produtos, suspensão de venda de produto e embargos de atividades, a Lei nº 11.105/05 prevê diversas sanções administrativas. Assinale a alternativa que **NÃO** constitui sanção administrativa prevista nessa lei.

- (A) Embargo da atividade.
- (B) Interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento.
- (C) Cancelamento de registro, licença ou autorização.
- (D) Perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimento oficial de crédito.
- (E) Proibição de contratação com a administração pública por período de até 4 (quatro) anos.

32. Qual das ações abaixo **NÃO** está proibida pela Lei nº 11.105/05?

- (A) Implementação de projeto relativo a OGM sem a manutenção de registro de seu acompanhamento individual.
- (B) Engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano.
- (C) Clonagem humana.
- (D) Destruição ou descarte no meio ambiente de OGM e seus derivados em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio, pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização.
- (E) Elaboração de artigos científicos para participação em congressos nacionais e internacionais.

33. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da utilização de células-tronco embrionárias.

- (A) É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento, desde que sejam embriões inviáveis e desde que haja o consentimento dos genitores.
- (B) É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, desde que sejam embriões congelados há 3 (três) anos, ou mais, da data da publicação da Lei nº 11.105/05, ou, com o consentimento dos genitores, daqueles que tenham sido congelados a partir da data da publicação dessa Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento,.
- (C) Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas poderão submeter seus projetos a apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.
- (D) A comercialização de material biológico é crime tipificado no artigo 15º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.
- (E) Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.

34. Assinale a afirmação correta, tendo como base a Responsabilidade Civil e Administrativa, prevista na Lei nº 11.105/05.

- (A) Sem prejuízo da aplicação das penas previstas na Lei de Biossegurança, os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, subsidiariamente, por sua indenização ou reparação integral, independentemente da existência de culpa.
- (B) Sem prejuízo da aplicação das penas previstas na Lei de Biossegurança, os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, solidariamente, por sua indenização ou reparação integral, desde que provada a existência de culpa.
- (C) Sem prejuízo da aplicação das penas previstas na Lei de Biossegurança, os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, subsidiariamente, por sua indenização ou reparação integral, desde que provada a existência de dolo.
- (D) Sem prejuízo da aplicação das penas previstas na Lei de Biossegurança, os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, solidariamente, por sua indenização ou reparação integral, independentemente da existência de culpa.
- (E) Sem prejuízo da aplicação das penas previstas na Lei de Biossegurança, os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, solidariamente, por sua indenização ou reparação integral, desde que provada a existência de dolo.

35. Segundo a Lei nº 11.105/05, após a investigação de acidentes ocorridos no curso de pesquisas e projetos na área de engenharia genética, é obrigatório o envio de relatório respectivo à autoridade competente, no prazo máximo de

- (A) 1 dia, a contar da data do evento.
- (B) 2 dias, a contar da data do evento.
- (C) 3 dias, a contar da data do evento.
- (D) 4 dias, a contar da data do evento.
- (E) 5 dias, a contar da data do evento.

36. Assinale a alternativa que apresenta os principais requisitos para a obtenção de patente de modelo de utilidade, de acordo com a Lei n.º 9.279/96.

- (A) Novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- (B) Novidade, ato inventivo e aplicação industrial.
- (C) Novidade relativa, atividade inventiva e aplicação industrial.
- (D) Originalidade, ato inventivo e aplicação industrial.
- (E) Novidade, ato inventivo e originalidade.

37. Considere o caso abaixo.

Francisco possui uma patente de invenção concedida pelo INPI. Roberto consulta seu advogado levando provas de que essa patente, concedida pelo INPI a Francisco, não é válida.

Qual o prazo legal para que Roberto ingresse com ação de nulidade de patente?

- (A) O prazo é de 3 anos.
- (B) O prazo é de 5 anos.
- (C) O prazo é de 6 anos.
- (D) O prazo é de 20 anos.
- (E) O prazo tem a mesma duração da vigência da patente.

38. Considere o caso abaixo.

A empresa Patentes Ltda. ingressou com um pedido de patente junto ao INPI em 03/05/2008 com o número PI 99999-0. Em 01/05/2009, essa mesma empresa ingressou com um pedido internacional de patente via Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) junto ao INPI, que recebeu o número PCT/BR10/000444, indicando todos os países signatários do PCT, reivindicando a prioridade do pedido de patente PI 99999-0, feito em 03/05/2008.

Qual o prazo legal para ingressar com o pedido de patente, nos Estados Unidos, referente ao PCT/BR10/000444, reivindicando a prioridade da patente PI 99999-0?

- (A) O prazo é de 30 (trinta) meses, contados a partir de 01/05/2009.
- (B) O prazo é de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/05/2009.
- (C) O prazo é de 12 (doze) meses, contados a partir de 03/05/2008.
- (D) O prazo é de 30 (trinta) meses, contados a partir de 03/05/2008.
- (E) O prazo é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de 03/05/2008.

39. Assinale a afirmação **INCORRETA** acerca do processo para a obtenção de patente.

- (A) O requisito da suficiência descritiva de patentes está previsto na Lei nº 9.279/96.
- (B) De acordo com a Lei nº 9.279/96, o período de graça para divulgação não prejudicial de uma invenção é de 12 (doze) meses.
- (C) O prazo legal para ingressar com processo administrativo de nulidade de patente é de 6 (seis) meses, contados da data da concessão da patente.
- (D) O prazo de sigilo do pedido de patente é de 18 (dezoito) meses, podendo haver publicação antecipada por requerimento do titular do pedido de patente.
- (E) Se o exame da patente não for requerido pelo depositante no prazo de 30 (trinta) meses, contados da data do depósito do pedido de patente, esse pedido de patente será arquivado.

40. Assinale a afirmação correta acerca do Direito de Patentes.

- (A) O prazo de validade da patente de invenção é de 20 (vinte) anos e o da patente de modelo de utilidade é de 15 (quinze) anos, ambos contados da data da concessão.
- (B) Os efeitos da nulidade da patente retroagem até a data do depósito da patente (*ex tunc*).
- (C) As teorias que justificam o sistema de patentes no Brasil são as seguintes: plano social, utilitarista, do trabalho, da personalidade, conveniência e oportunidade.
- (D) Um dos princípios introduzidos no Brasil através do Acordo sobre os Direitos da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC/TRIPS) foi o princípio da prioridade unionista.
- (E) O pedido de certificado de adição de invenção será oficialmente publicado após a concessão da patente.

41. De acordo com o artigo 5º, inciso 29, da Constituição Federal de 1988, a proteção às invenções, marcas e criações industriais é realizada tendo em vista

- (A) o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- (B) o desenvolvimento político, econômico e social do País.
- (C) a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento econômico e tecnológico do País.
- (D) o interesse social e o desenvolvimento econômico do País.
- (E) o interesse social, a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

42. Assinale a afirmação correta acerca da Lei nº 9.279/96.

- (A) A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte essa da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado.
- (B) Pertencerá exclusivamente ao empregado a invenção ou o modelo de utilidade por ele desenvolvido, desde que desvinculado do contrato de trabalho e decorrente da utilização de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.
- (C) A propriedade de invenção ou de modelo de utilidade será comum, em partes iguais, quando resultar da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, independentemente de disposição contratual em contrário.
- (D) O desenho industrial é considerado original quando não for idêntico a outros anteriores.
- (E) O registro de desenho industrial somente será concedido pelo INPI após exame de mérito.

43. São princípios previstos na Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial – CUP:

- (A) tratamento nacional, prioridade unionista e independência das patentes.
- (B) tratamento da nação mais favorecida, prioridade unionista e independência das marcas.
- (C) prioridade unionista, territorialidade e especialidade das marcas.
- (D) novidade absoluta, tratamento nacional e independência das patentes.
- (E) personalidade, tratamento nacional e prioridade unionista.

44. O prazo de sigilo do pedido de patente é de

- (A) 6 (seis) meses.
- (B) 12 (doze) meses.
- (C) 18 (dezoito) meses.
- (D) 30 (trinta) meses.
- (E) 36 (trinta e seis) meses.

45. Assinale a afirmação correta acerca do Direito de Marcas.

- (A) São suscetíveis de registro de marca os sinais distintivos não compreendidos nas proibições legais e que apresentem novidade absoluta.
- (B) O princípio da especialidade de marcas é aquele que possibilita uma proteção especial à marca que seja evidentemente conhecida.
- (C) Uma exceção ao princípio da especialidade de marcas é a marca registrada legalmente, reconhecida como marca de alto renome.
- (D) Em respeito ao princípio da prioridade de marcas, o depósito posterior de uma marca no INPI prevalece sobre o registro anterior do nome empresarial na Junta Comercial, mesmo que nomes e atividades sejam idênticos.
- (E) O sistema de registro de marcas no Brasil é o declaratório.

46. No que diz respeito à licença compulsória no Brasil, assinale a afirmação correta.

- (A) Essa licença também se aplica às marcas.
- (B) Essa licença somente é prevista para casos em que haja interesse nacional.
- (C) Quando aplicada, essa licença permite o uso da tecnologia patenteada sem qualquer pagamento de um valor pela licença.
- (D) Essa licença está prevista na Lei nº 9.279/96, na Lei nº 9.610/98 e na Lei nº 9.609/98.
- (E) Dentre as hipóteses de possível aplicação do instituto da licença compulsória estão a falta de exploração da patente, emergência nacional ou interesse público.

47. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem

- (A) usa meio ou processo que seja objeto de patente de invenção, sem autorização do titular.
- (B) fabrica produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, com autorização do titular, mas sem licença do INPI.
- (C) exporta, vende, expõe ou oferece à venda, tem em estoque, oculta ou recebe, para utilização com fins econômicos ou não, produto fabricado com violação de patente de invenção ou de modelo de utilidade, ou obtido por meio ou processo patentado.
- (D) importa produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade ou obtido por meio ou processo patentado no país e que tenha sido colocado no mercado externo mesmo que diretamente pelo titular da patente ou com seu consentimento.
- (E) fabrica produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, com autorização do titular e com licença do INPI.

48. No que tange aos contratos envolvendo direitos de propriedade industrial, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) Para que o contrato de transferência de tecnologia produza efeitos em relação a terceiros, é necessária a sua averbação no INPI.
- (B) O prazo para a decisão do INPI sobre a averbação do contrato é de 30 (trinta) dias, contados da data do pedido de registro do contrato.
- (C) Os contratos de licença de uso de marcas registradas podem ser celebrados a título oneroso ou gratuito, e sua averbação junto ao INPI não é obrigatória para produzir efeitos entre as partes contratantes sediadas no Brasil.
- (D) Se o contrato de exploração de patente envolver apenas uma patente de um titular que possua várias patentes, é obrigatório relacionar todas as patentes no contrato para fins de verificação e deferimento da averbação pelo INPI.
- (E) Os contratos de exploração de patente, licenciamento de marca e franquia podem ser averbados junto ao INPI.

49. No Brasil, **NÃO** são suscetíveis de registro de marca:

- (A) nome civil ou assinatura, nome de família ou patronímico e imagem de terceiros, com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores.
- (B) reprodução ou imitação, no todo ou em parte, ainda que com acréscimo, de marca alheia registrada, para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, suscetível de causar confusão ou associação com marca alheia.
- (C) sinal de caráter genérico, necessário, comum, vulgar ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, ou aquele empregado comumente para designar uma característica do produto ou serviço, quanto à natureza, nacionalidade, peso, valor, qualidade e época de produção ou de prestação do serviço, salvo quando revestidos de suficiente forma distintiva.
- (D) sinal ou expressão empregada apenas como meio de propaganda.
- (E) sinal que imite ou reproduza, no todo ou em parte, marca que o requerente não poderia desconhecer em razão de sua atividade, cujo titular seja sediado ou domiciliado exclusivamente em território nacional, se a marca se destinar a distinguir produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, suscetível de causar confusão ou associação com aquela marca alheia.

50. Assinale a afirmação correta acerca da regulamentação internacional de propriedade intelectual.

- (A) A Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI é o órgão internacional responsável pelo processamento da fase internacional dos pedidos internacionais de patente via Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes – PCT.
- (B) A Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial – CUP não prevê proteção ao nome comercial.
- (C) O depositante do pedido internacional de patente nos termos do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes – PCT é obrigado a realizar o exame preliminar internacional com uma Autoridade de Exame Preliminar Internacional para que a patente não seja definitivamente arquivada.
- (D) A Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial – CUP não prevê dispositivo relacionado à repressão da concorrência desleal.
- (E) A Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial – CUP prevê dispositivo relacionado a programa de computador e circuito integrado.